

Um apelo ao mundo, em favor da Amazônia.



Os 260 milhões de hectares da floresta amazônica, que representam um terço do território brasileiro, estão ameaçados.

A Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade deverá enviar nos próximos dias representantes a pelo menos 20 entidades conservacionistas internacionais, solicitando apoio para a devastação dos 260 milhões de hectares da floresta Amazônica, ou seja, de uma terça parte do território nacional. Numa imensa área, mais de quatro mil espécies diferentes de árvores estão ameaçadas de serem derrubadas, através dos contratos de risco que permitiriam a sua venda a empresas nacionais e multinacionais.

Apanharam feito cachorros ao tentar defender a soberania nacional. Foram tratados como criminosos dos mais perigosos, quando o único intuito do protesto era preservar um patrimônio comum de todos os brasileiros.

grama que será desenvolvido até 1983 e que já classificou a Amazônia como a principal reserva de biosfera do planeta — comenta Piero Luongul, um dos mais destacados sócios da comissão. Ele não se conforma com a omissão das autoridades em relação à destruição da Amazônia, uma vez que acredita "que a história da humanidade segue uma trajetória paralela à destruição de suas reservas naturais, ou seja, depois que a floresta cai, a queda da civilização que a deveria preservar é imediata e irreversível, uma vez que nada entendemos sobre os mecanismos que regem as colossais massas de substâncias orgânicas que formam a natureza. Sabemos apenas que pelo menos 70% do território da Amazônia é formado por lato-solos, ou seja, por terras que uma vez devastadas se transformam em desertos. No entanto, insistimos em criar o nosso verdadeiro ecocídio".

autoridades, técnicos e conservacionistas em relação ao problema da floresta da Amazônia. A Ordem dos Advogados do Brasil, por sua vez, deverá estudar melhor a exequibilidade ou não de uma ação popular contra o governo federal em função do plano de contratos de risco, já que ficou definido que ainda não há ato lesivo que permita o encaminhamento de uma peça de tal natureza ao Supremo Tribunal Federal. Estuda-se — mas isso só na próxima reunião, quarta-feira que vem, será finalmente decidido — a realização de uma passeata semelhante a que um dos órgãos da comissão (o Movimento de Arregimentação Feminina) realizou em 1964, às vésperas da Revolução. Essa passeata seria seguida de uma missa de réquiem na praça da Sé, da colocação de corações de flores na praça da Árvore, de uma manifestação de todos os estudantes paulistas, sob o nome de Dia Nacional de Luta pela Amazônia. Seriam também enviados telegramas ao governador do Estado do Amazonas, protestando contra a violência de sua polícia e uma carta aberta ao atual e ao futuro presidente da República, sugerindo, conforme frisou um ex-oficial do Exército presente à reunião, que eles "cumpram suas palavras".

1978-1979

Ecologia

Um país que não sabe cuidar de seu ambiente

A devastação da flora e da fauna aumentou, as cidades continuam inchando, a poluição é crescente, a Amazônia está ameaçada e o perigo nuclear veio para perto de nós. São algumas das colocações do ecólogo gaúcho José Lutzemberger ao fazer uma análise dos problemas ambientais do País em 1978, quando "iniciamos algumas lutas como Caucaia, Bom Será e Ouroville. São lutas que continuam, assim como continuam nossas lutas contra os pesticidas e a favor de uma agricultura biológica, de uma reorientação nos modelos econômicos, no sentido de um abandono da predominância da megatecnologia concentradora de capital, isto é, do poder, em favor das tecnologias brandas, descentralizadas, apolanas na energia solar".

"Obscurecendo todos os demais problemas", disse Lutzemberger, "está a vergonhosa página de nossa história que é o tratamento oficial que recebe Amazônia, devastação desenfreada e descontrolada e agora oficializada por 'contratos de risco' (que de risco nada tem — não há negócio mais seguro que a exploração extrativa da madeira) vastas extensões. Aliás, na prática, já está tudo liberado, haja visto Jari, Rio Cristalino, Cotrijuf e tantos outros projetos. Basta olhar pela janela do avião ao sobrevoar-se a Amazônia. O que mais revoltou é que quando cidadãos desesperados manifestam-se contra essa vergonha — em Manaus, dia 29/12/78 — são espancados e presos. Não sabemos até agora se continuam presos".

"As agressões previstas para o cerrado do Brasil Central — continuou — não são menores nem menos assustadoras. Em toda a parte já se vêem devastações absurdas, e o esquema de exploração do cerrado insustentável, sem falar nas tradicionais queimadas, que nunca foram levadas a sério por nossos governantes que, diante desse tipo de coisa, sempre demonstraram sua solene insensibilidade".

"Continuou desenfreada em 1978, em todo o País, a devastação em todas as suas formas. Além da queimada generalizada, caça indiscriminada, exploração extrativista sem limites (mineração da natureza), a agricultura de rapina causando desolação e destruição da produtividade futura, tanto em suas formas primitivas — caboclo e colono — como na 'moderna' agricultura empresarial com seus venenos fulminantes ou persistentes a envenenarem paisagens inteiras, destruindo da fauna o que ainda conseguiu escapar às outras formas de devastação e contaminando bacias hidrográficas inteiras, assim como toda a nossa alimentação".

"Em todo o território — prossegue Lutzemberger — a mineração a céu aberto e as orgias de terraplenagem estão a profanar paisagens. Basta citar o exemplo de Belo Horizonte, onde o horizonte belo está sendo tranquilamente demolido. Os mais belas praças desfiguradas por loteamentos em esquema meramente especulativo, sempre acompanhado da terra arrasada pelo trator que não respeita o que de mais precioso a natureza tenha ali colocado. As estradas são igualmente construídas sempre com o máximo de demolição de paisagens, com maquinaria pesada, sem nenhuma preocupação de preservar a beleza paisagística".

"Nossas cidades continuam inflando-se de maneira descontrolada porque a política agrária oficial só promove o grande às custas do pequeno, que se marginaliza então nas megalópoles, cada vez mais feias e insalubres. A poluição só tem aumentado em toda a parte, tanto nas megalópoles quanto nos campos. Todas as promessas dos tecnocratas demonstraram ser vazias, haja visto Camaçari, na Bahia, os problemas de contaminação com mercúrio que estão aparecendo até nos rios paulistas, como o Mogi-Guaçu".

"Também tivemos no Sul a calamidade do Hermenegildo, com a flagrante tentativa de desinformação a ponto de até hoje não se saber qual realmente a causa. A Riocell (ex-Borregaard) prepara-se para a ampliação de seus processos de fabricação, acrescentando o processo de branqueamento. Duvidamos que na Coordenadoria do Controle do Equilíbrio Ecológico, da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, haja condições para sequer avaliar a proposta da Riocell. Afinal, nesses casos, os tarimbéiros estão sempre do lado do industrial. Se até agora a Coordenadoria não conseguiu sequer controlar os curtimes, que não obstante os prazos, várias vezes superados, que lhes foram dados pela Secretaria da Saúde, continuam debochando dela, e a secretaria não tem condições de tomar providências nem de ensinar aos curtimes como podem controlar sua poluição. Que poderemos esperar dela no caso Riocell e terceiro polo petroquímico?"

"Além disso tudo — concluiu José Lutzemberger — houve um revigoramento da política nuclear, não obstante o problema que as usinas nucleares enfrentam nos demais países. No Brasil passou praticamente despercebido o resultado do plebiscito austríaco de 6 de novembro de 1978, que livrou para sempre aquele país do flagelo que são as usinas nucleares. Esse plebiscito representa um golpe muito grave, talvez fatal para a indústria nuclear aqui, que já se viu enfraquecida com a perda dos contratos do xá do Irã. Falta ainda muita conscientização nesse campo ao público brasileiro que, apesar dos escândalos de Angra dos Reis, ainda não está bem a par do perigo nuclear e do escândalo que é a política nuclear."

A trágica história florestal do Brasil. Nela, os crimes contra a Amazônia.

Um artigo do agrônomo e ecologista José A. Lutzemberger, especial para o Jornal da Tarde.

A história florestal de nosso país é extremamente lamentável e poderá nos conduzir, rapidamente, a um despenhadeiro fatídico, se forem confirmados os famigerados "contratos de risco" para a transformação da Amazônia, a ferro e fogo, numa gigantesca base exportadora de carne, minérios, madeira e outros produtos. Em pouco tempo, ali nascerá o maior deserto do mundo. Um deserto, aliás, que já está em formação: só a área dos projetos agropecuários da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) possui o equivalente ao território da Bélgica, e ali mais parece haver uma fornalha permanente, alimentada com o nosso dinheiro, distribuído aos grupos nacionais e estrangeiros pelo governo, sob a forma de generosos incentivos fiscais.



Lutzemberger: tesouros perdidos.

Dinheiro jogado fora: as queimadas para a formação de pastagem alteraram o clima e o solo, inviabilizando qualquer projeto racional de exploração dos recursos naturais ali existentes, uma vez que o solo, sem a matéria orgânica formada pelas folhas das árvores e outros microorganismos, está tão empobrecido que não presta para mais nada. Já temos mais de 500 mil hectares de pastagens desérticas, e o incêndio avança, pois ainda não aprendemos a lição e insistimos em ampliar a chamada frente agropastoril do País, esquecendo-nos que o Saara já foi uma densa floresta.

Destruímos cega e irracionalmente em um século um imenso e magnífico patrimônio florestal, e agora nos preparamos para devorar as últimas reliquias, sem saber ao menos como preparar a recuperação dos solos arruinados. O golpe de misericórdia contra o patrimônio ambiental brasileiro está prestes a ser desferido pelos tecnocratas, que pretendem iniciar depressa a exploração da última grande floresta do mundo, baseados na tese do economista inglês John Maynard Keynes, segundo o qual, "a longo prazo estaremos todos mortos" e, por isso, não importa se para vivermos bem agora tivermos de semear desertos e destruir a natureza. Ou seja, para eles, pouco importa que o País seja conduzido à pobreza e desolação, se através disso uns poucos privilegiados puderem viver bem, às custas do sofrimento alheio, às custas de uma riqueza que pertence ao povo brasileiro.

A Nação assiste estupefada a tais acontecimentos, hirta de horror, julgando tratar-se de um pesadelo que terminará com a próxima alvorada. Só que não haverá alvorada, e os poucos que já perceberam isso, e trataram de fazer passeatas denunciando a triste realidade, foram presos há pouco em Manaus, como se fossem criminosos e não os heróis que um dia a Pátria lembrará com saudade e pesar. Os tecnocratas continuam incentivando a devastação da Amazônia, e ficam tão satisfeitos com o deserto que ali está surgindo que temos a impressão de que o verdadeiro objetivo de seus planos não são os projetos agropecuários ou a exploração da madeira, mas sim a transformação da área numa horrível paisagem lunar, onde poderão, à vontade, efetuar prospeções nas áreas queimadas em busca de minérios. Alegam que a destruição da hifia é facilmente reversível, que vão reflorestar tudo, recuperar os tesouros perdidos, o que não passa de cínica mentira, como vamos ver em seguida.

O remédio que eventualmente se passou a aplicar para a recuperação, o incentivo fiscal para reflorestamento, nada está contribuindo para uma genuína recuperação florestal, muito ao contrário, em muitos casos ele foi e continua sendo a causa de muita calamidade nova, desnecessária. O enfoque é especulativo e tecnocrático, desconhece preocupação ecológica e social. A floresta é considerada como simples fábrica de madeira ou polpa, tanino ou resina, carvão vegetal, etc. Como fábrica, então, ela deve ser eficiente e esta eficiência se mede em termos monetários. O incentivo, por isso, promove apenas monoculturas comerciais — lavouras de eucalipto, pinus, araucária, acácia, kiri e outras essências de crescimento rápido e fácil cultivo. O que interessa é o cumprimento de certas metas de produção para o atendimento das necessidades da indústria de papel, de siderurgias e outras.

Mas uma floresta não é uma simples fábrica de produtos comerciais. Uma floresta é um ecossistema complexo, rico em espécies e em variedades, tanto vegetais como animais, em esquema de interação e ajuste mútuo e multilateral, que já alcançou ou tende a alcançar equilíbrio final estável interno. O clima, ao mesmo tempo em que se encontra em interação equilibrada com os demais ecossistemas no grande contexto da Biosfera. A floresta é um dos motores dos grandes sistemas de suporte de vida que mantêm o grande caudal da vida neste astro. Ela não somente

produz e protege o solo, ela movimenta os grandes ciclos bio-geo-químicos, os ciclos entrelaçados do oxigênio e do gás carbônico, o grande e complexo ciclo do nitrogênio e todos os demais ciclos menores, do fósforo aos microelementos. A floresta tem função fundamental nos pequenos e grandes equilíbrios hídricos, ela é fator determinante nos equilíbrios climáticos locais, e globais pela influência direta que tem na evapo-transpiração, no albedo, nos ventos e no balanço térmico do planeta.

As grandes monoculturas de essências florestais, exóticas ou nativas, nunca substituem ecologicamente a floresta. Mas a floresta é essencial para a continuação da vida na terra. Se alguma coisa deve ser incentivada com dinheiro público, isto é, com o sacrifício do povo, é a floresta em seu verdadeiro sentido, não a simples fábrica de polpa, madeira ou lenha. Isto não quer dizer que as grandes lavouras de essências florestais não sejam, em alguns casos e em certos lugares, tão necessárias quanto são as lavouras de milho, soja, trigo, cana e outras. Mas não devemos confundir lavoura com recuperação ecológica, ao contrário, toda lavoura deve enquadrar-se nos equilíbrios ecológicos. A lavoura empresarial mal merece incentivo fiscal, apenas política correta e propícia, muito menos quando praticada por poderosas multinacionais. As grandes fábricas de polpa de celulose, siderurgias, olarias ou fábricas de tanino não deixaram de fazer suas plantações se não tivessem incentivo. No Rio Grande do Sul, há mais de vinte anos, já se faziam grandes plantações de eucalipto e acácia. Isto numa época em que nosso descalbar florestal não era tão aparente e não havia sequer sugestão de incentivo. Essas plantações também não eram consideradas reflorestamento. Em sua forma atual o incentivo fiscal apenas aumenta os lucros destes empreendimentos, privilegiando maior enriquecimento aos que já estão ricos.

Atualmente este pseudoreflorestamento é feito com o dinheiro de gente financeiramente forte e de empresas que assim aumentam sua base de capital. A execução dos trabalhos é feita por firmas especializadas que reúnem o incentivo de muitos aplicadores e que, por isso, só podem interessar-se pela implantação de gigantescas monoculturas, com métodos os mais mecanizados e industriais possíveis e a serem administradas da maneira mais "racional" e fácil possível. As firmas reflorestadoras, portanto, não se interessam por áreas subdivididas ou de topografia difícil ou acesso complicado. Procuram as grandes áreas que permitem trabalho mecanizado, mesmo que isto signifique a destruição de imensas florestas nativas ou de outros ecossistemas intatos. Foram assim destruídas preciosas florestas nativas que nem ameaçadas estavam pelas formas de espoliação tradicional. Para facilitar o trabalho empresarial, o governo permite, nos casos em que exige "reflorestamento" como compensação pela derrubada das últimas reservas de bosques naturais (o que já é um absurdo gritante) que as respectivas monoculturas sejam implantadas longe da floresta que se supõe seja assim substituída. Assim se vê o caso que aleguemos licença para derrubada no Alto Uruguay, onde só sobram agora amostras da floresta nativa, se apresenta plano de reflorestamento nas dunas de Chuf



A Amazônia devastada: "uma fornalha permanente".

ou Mostardas onde nunca houve floresta e onde não se deveria destruir aquele peculiar ecossistema. Longe de haver compensação por um estrago, causa-se nova depredação.

Além de não resolver problemas ecológicos que supostamente estaria resolvendo, mas que agrava, o incentivo fiscal para o "reflorestamento", em sua forma atual, constitui manobra anti-social. Ele favorece o rico e forte em detrimento do pobre e fraco, contribui para o agravamento da já tão perniciosa concentração da renda em nossa economia nacional. O colono, o caboclo e o pequeno proprietário rural que, hoje, premiados pela avançada deterioração e perda de seus solos (onde estão os grandes programas de preservação do solo?) em seu desespero derrubam aquele último matto na encosta mais íngreme, que não mais permitem a recuperação da floresta porque queimam sempre a capoeira, bem mereceriam incentivo ou subsídio para a inversão destas tendências. Mas eles não têm acesso a esta forma de ajuda estatal, não conseguiram sequer pagar os honorários do agrônomo ou engenheiro florestal para o projeto exigido pelo IBDF. Houve, inclusive, uma determinação do IBDF que só concede incentivo a "reflorestamentos" com mil ou mais hectares. O colono do Oeste do Paraná, cuja casa já está prestes a desabar para dentro de sua imensa vossoroca, bem poderia usar um certo incentivo ou mesmo subsídio para plantar pinus na vossoroca. Nesse caso o pinus e o eucalipto são ótimas árvores pioneiras para a retenção, muito melhor que as obras de concreto que muitas vezes se procura fazer e que acabam sempre solapadas e carregadas pelas águas. Um incentivo para pequenas lavouras de eucalipto, acácia etc., em nível de propriedade, não teria o impacto ambiental negativo que tem o incentivo para as megamonoculturas empresariais. O impacto social seria totalmente positivo.

Os ecólogos são muitas vezes acusados de proporem medidas anti-sociais, de promoverem o desemprego. Isso é uma inversão dos fatos. Quanto mais ecológica uma tecnologia, tanto mais social ela é. Anti-social é toda megatecnologia, em todos os campos, inclusive o florestal, pois suas técnicas são concebidas tendo em vista a eliminação de mão-de-obra, a especialização humilhante e alienante do indivíduo, a concentração de capital e de poder de decisão econômica, a manutenção e crescimento de burocracias centrais, enfim, a geração de poder.

Mas nada impede que grandes empresas ou organismos administrativos efetuem trabalhos de recuperação ecológica. As mesmas empresas que, dentro dos enfoques atuais, só têm interesse nas grandes monoculturas anti-ecológicas e anti-sociais poderiam montar esquemas de criação e administração de parques e reservas ecológicas com incentivo fiscal. Bastariam novas diretrizes e novo enfoque por parte do governo. Airma o IBDF, e com razão, que não tem meios nem organização para fazer respeitar o Código Florestal, mesmo em sua forma atual. Mas, se o dinheiro que hoje subvenciona as grandes monoculturas estivesse disponível para uma política realmente ecológica, o Brasil já poderia manter enorme e eficiente força e estrutura de vigilância, pesquisa e implementação florestal. Até agora nunca houve preocupação pelo reflores-

tamento em base à regeneração natural, mas este é o único reflorestamento verdadeiro, merece incentivo, pode ser administrado por empresas também, e pode ser acelerado e melhorado pela inclusão, desde o início, de espécies que só apareceriam em fase muito adiantada, inclusive pode ser enriquecido com espécies exóticas.

Até hoje não existe sequer preocupação oficial com o flagelo da piromania nacional. As queimadas devoram anualmente quantidades astronômicas de biomassa (gigantesco potencial energético para a sociedade pós-industrial), destroem ou dilapidam infinitas áreas de ecossistemas intatos ou em fase de recuperação, impedindo assim o reflorestamento natural, destroem e empobrecem centenas de milhares de hectares de solos irrecuperáveis e imprevisíveis à avalanche populacional que está por vir, comprometem o equilíbrio hídrico e climático. Ora, uma grande empresa que tem capacidade de montar grandes esquemas para implantar e manter enormes monoculturas exóticas, por que não poderia empreitar com o Estado o combate às queimadas e a educação do homem do campo? Ela seria certamente mais eficiente que os atuais órgãos oficiais que sempre demonstram sua ineficiência. Até hoje os órgãos oficiais de extensão agrícola não conseguiram inverter a rapina do caboclo e colono e demais pequenos proprietários rurais. A grande agricultura empresarial deve-se principalmente ao assessoramento técnico independente das grandes empresas da agroquímica e máquinas agrícolas. Mas temos também exemplos da efetiva interferência de multinacionais ou grandes empresas nacionais nos métodos de cultivo de pequenos agricultores. É o caso do cultivo do fumo. Seria perfeitamente possível montar esquemas empresariais para reflorestamento ecológico e socialmente sãos. Isto não impede que, paralelamente, houvesse fluxo direto de incentivo ou subsídio aos proprietários rurais mais capazes e esclarecidos. Muita paisagem preciosa poderia ser assim preservada e restaurada. Hoje imensos valores são destruídos, muitas vezes sem grande proveito econômico, apenas para que a terra não seja considerada "ociosa".

O que realmente precisamos são novos enfoques, enfoques sistêmicos, de visão global, não meramente setorial, com respeito e reverência pela natureza. O que devemos procurar não é a pecuária, silvicultura, demais atividades econômicas, aspectos sociais — cada um por si —, mas a integração de todos estes aspectos numa paisagem sã, de entrosamento harmônico e permanentemente sustentável homem/natureza.